

PROTOCOLO

O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, representado neste acto pelo Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, Prof. Dr. Augusto Santos Silva, e de ora em diante designado por 1º Outorgante,

O GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES, representado neste acto pelo Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, Dr. José António Vieira da Silva Contente, e de ora em diante designado por 2º Outorgante,

O ICP-ANACOM, representado neste acto pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Prof. Dr. Pedro Duarte Neves, e de ora em diante designado por 3º Outorgante,

E a CABO TV AÇOREANA, S.A., representado neste acto pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Eng. Luís Pacheco de Melo, e de ora em diante designada por 4º Outorgante,

Considerando que:

- A) Os cidadãos residentes na Região Autónoma dos Açores só têm acesso, em sinal aberto, ao canal generalista "RTP1" e ao canal regional "RTP – Açores";
- B) A informação televisiva constitui instrumento de vital importância ao serviço do desenvolvimento nacional, regional e local, designadamente nas suas vertentes económica, política, cultural e social;
- C) O Governo da República Portuguesa e o Governo Regional dos Açores pretendem criar as condições necessárias ao acesso gratuito dos residentes naquela Região Autónoma às emissões televisivas dos canais generalistas de acesso não condicionado e difusão hertziana analógica;

- 177
- D) A difusão dos canais generalistas para a Região Autónoma dos Açores, por via hertziana analógica, apresenta custos financeiros elevados pelo que, de momento, face às necessidades de constrangimento orçamental, não se apresenta como alternativa viável;
- E) Em 2000, o Governo da República ponderou a introdução de uma discriminação positiva no caderno de encargos do operador de Televisão Digital Terrestre, que obrigaria este a conceder prioridade na distribuição daquele serviço às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- F) Tal solução ficou comprometida por força da revogação da licença daquele operador, em Março de 2003;
- G) A Cabo TV Açoreana, S.A. está habilitada para o exercício da actividade de distribuição por cabo na Região Autónoma dos Açores, sendo titular da autorização ICP-02/TVC.
- H) A Cabo TV Açoreana, S.A. assegurou que tem condições técnicas, materiais e humanas para garantir a distribuição dos canais generalistas e do canal regional na Região Autónoma dos Açores, através da sua rede de comunicações por cabo;
- I) A Cabo TV Açoreana, S.A. manifestou a sua vontade de conceder acesso gratuito ao canais generalistas, ao canal regional "RTP – Açores" e a um serviço de divulgação da programação, através daquela rede e da plataforma de satélite da TV Cabo Portugal, S.A., por cuja exploração é responsável na Região Autónoma dos Açores;
- J) As partes aceitam proceder, a custo moderado, à instalação de equipamento terminal digital, bem como à substituição gradual dos sistemas analógicos de recepção de sinais televisivos por sistemas digitais;
- K) O ICP-ANACOM comprometeu-se a contribuir activamente no sucesso desta solução, acompanhando e fiscalizando a execução do protocolo e certificando os montantes a suportar pelo Governo da República Portuguesa e pelo Governo Regional dos Açores;

É acordado, livremente e de boa fé, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objecto)

1. As Partes asseguram o acesso gratuito dos cidadãos residentes na Região Autónoma dos Açores aos canais generalistas de acesso não condicionado, que são disponibilizados aos cidadãos residentes no território continental, bem como a gradual migração da tecnologia analógica para a digital nos termos do presente protocolo.
2. Para efeitos do presente Protocolo, são considerados canais generalistas a “RTP1”, a “A: 2”, a “SIC” e a “TVI”, bem como quaisquer outros canais que venham a ser emitidos sem acesso condicionado no território nacional, em substituição destes, desde que assumam âmbito nacional.
3. As Partes asseguram igualmente o acesso gratuito dos cidadãos residentes na Região Autónoma dos Açores ao canal regional “RTP – Açores” ou de outro que o venha a substituir e ainda a um canal de divulgação da programação.
4. O 1º Outorgante compromete-se a incluir nas condições de autorização de distribuição da Televisão Digital Terrestre, em território nacional, a obrigação de cobertura de todo o território da Região Autónoma dos Açores com os serviços de programas disponibilizados pelos respectivos operadores.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Acesso aos canais)

1. Só beneficiam do acesso gratuito aos canais identificados na Cláusula Primeira as pessoas singulares que disponham ou adquiram equipamentos de acesso às redes de distribuição detidas ou exploradas pela 4ª Outorgante para utilização exclusiva nos respectivos domicílios.
2. Cada interessado só pode beneficiar do acesso gratuito na sua residência habitual, devendo tal prova ser feita nos termos previstos no Anexo I ao presente Protocolo que dele faz parte integrante.
3. Os beneficiários pagarão uma comparticipação de 50 euros, no momento da apresentação do pedido de instalação dos equipamentos de acesso às redes de distribuição detidas ou exploradas pela 4ª Outorgante.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Obrigações do Governo da República)

1. O 1º Outorgante suporta o pagamento dos custos efectivos, com garantia de preço máximo, nos termos do Anexo II, de aquisição e instalação do equipamento necessário, por parte de pessoas singulares que não sejam subscritores dos serviços da 4ª Outorgante e por parte de pessoas singulares que, sendo subscritores dos serviços da 4ª Outorgante, pretendam passar a aceder exclusivamente aos canais generalistas sem acesso condicionado.
2. O 1º Outorgante suportará também os custos de renovação do parque tecnológico analógico que excedam os valores previstos na Cláusula Quarta, mesmo que tal implique a assunção de uma percentagem superior a 70% do custo total das obrigações assumidas pelo 1º e pelo 2º Outorgantes.

CLÁUSULA QUARTA

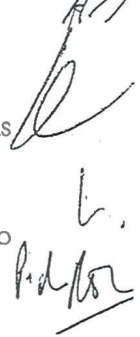
(Obrigações do Governo Regional dos Açores)

1. O 2º Outorgante suporta o pagamento dos custos da renovação do parque tecnológico analógico, relativos à aquisição e instalação de equipamento digital pelas pessoas singulares que, sendo subscritoras dos serviços da 4ª Outorgante, disponham de tecnologia analógica.
2. O custo máximo por equipamento digital não excederá o montante de 89 euros, acrescido de IVA à taxa legal, conforme melhor discriminado no Anexo II ao presente Protocolo que dele faz parte integrante.
3. O 2º Outorgante apenas suportará os custos previstos nos números anteriores, desde que tais custos não representem mais do que 30% do custo total das obrigações assumidas pelo 1º e pelo 2º Outorgantes, até ao limite de 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros).

CLÁUSULA QUINTA

(Obrigações do Operador)

1. Na sua qualidade de operadora de distribuição de televisão, a 4ª Outorgante obriga-se a:
 - a) Adquirir, revender e instalar o equipamento descodificador adequado à recepção dos canais identificados na Cláusula Primeira;

- A/1

- b) Adquirir, revender e instalar o equipamento digital destinado à recepção dos canais identificados na Cláusula Primeira;
 - c) Adquirir, revender e instalar os filtros previstos no Anexo II, sempre que a instalação tenha lugar em alojamentos previamente cablados;
 - d) Adquirir, revender e instalar, sem quaisquer custos adicionais, os equipamentos acessórios necessários para assegurar, na medida do possível, condições mínimas de acesso aos cidadãos com necessidades especiais que adiram à presente iniciativa;
 - e) Garantir pelo prazo de dois anos após a instalação o bom funcionamento do equipamento em condições normais de utilização;
 - f) Instalar, em média, 1.700 equipamentos por mês, desde que tenham sido apresentados os respectivos pedidos de instalação;
 - g) Iniciar a instalação dos equipamentos no prazo máximo de 60 dias após a assinatura do presente Protocolo;
 - h) Afectar os recursos técnicos e humanos necessários ao bom cumprimento do presente Protocolo;
 - i) Prestar informação completa, transparente e objectiva aos seus clientes sobre as condições de acesso gratuito aos canais identificados na Cláusula Primeira.
2. A 4ª Outorgante obriga-se ainda à manutenção da sua rede de distribuição, suportando integralmente os custos que decorrem da sua conservação e alargamento.
3. A 4ª Outorgante assegura que o acesso ao sinal é facultado com elevados padrões de qualidade, em estrito cumprimento da Portaria n.º 711/98, de 8 de Setembro, e do Aviso do 3º Outorgante, publicado no n.º 128, de 1 de Junho de 2004, da III Série do “Diário da República”.
4. A 4ª Outorgante obriga-se a que os equipamentos por si disponibilizados obedeçam aos requisitos definidos no Anexo III e a que estejam conformes às normas europeias vigentes à data da instalação.

CLÁUSULA SEXTA

(Modo de Instalação)

- 1. A 4ª Outorgante fica autorizada a proceder à instalação de equipamentos de recepção por satélite nos alojamentos em que não haja instalação prévia de cablagens para distribuição de televisão por cabo.
- 2. Nos alojamentos em que haja instalação prévia de cablagens para distribuição de televisão por cabo, a 4ª Outorgante poderá utilizar a tecnologia de recepção por

satélite, desde que, comprovadamente, a solução de recepção por cabo se mostre tecnicamente inexequível e desde que tal solução seja aprovada pelo 3º Outorgante.

3. A 4ª Outorgante impedirá o acesso à sua rede de distribuição de televisão por cabo e por satélite nos alojamentos em que se verifique qualquer tentativa comprovada, consumada ou não, de retirada ou danificação do filtro mencionado na alínea c) da Cláusula Quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Ausência de fins lucrativos)

1. A 4ª Outorgante assume a obrigação de colaborar na execução do presente Protocolo sem quaisquer intuitos lucrativos directamente decorrentes da sua implementação, garantindo que os preços para a aquisição e instalação dos equipamentos, conforme referidos no Anexo II ou quaisquer outros preços, de montante inferior, que assegurem idêntico conjunto de funcionalidades, não apresentam qualquer margem de lucro.
2. A 4ª Outorgante garante um preço máximo por equipamento descodificador cabo de 89 euros, acrescido de IVA à taxa legal, conforme resulta do Anexo II a este Protocolo que dele faz parte integrante.
3. A 4ª Outorgante garante um preço máximo por filtro para “downgrading” de 30 euros, acrescido de IVA à taxa legal.
4. A 4ª Outorgante garante os seguintes preços máximos de instalação de equipamento descodificadores, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor:
 - a) Instalação “DTH”: 69 euros;
 - b) Instalação de cabo curto: 59 euros;
 - c) Instalação de cabo longo: 98 euros;
 - d) Instalação de filtros: 20 euros.
5. Os preços máximos fixados nos números anteriores não invalidam que a 4ª Outorgante pratique preços inferiores, caso em que os 1º e 2º Outorgantes só serão responsáveis pelo pagamento dos custos efectivamente cobrados.

CLÁUSULA OITAVA

(Ónus Real)

1. A assinatura do presente Protocolo implica a constituição de um ónus real sobre todas as redes de distribuição que sejam ou venham a ser detidas pela 4ª Outorgante, nos

termos do qual é garantida a sua utilização gratuita para difusão dos canais identificados na Cláusula Primeira, no território da Região Autónoma dos Açores.

2. O ónus real é constituído por prazo indeterminado e não pode ser revogado ou transmitido para quaisquer outras redes de distribuição.
3. A transmissão da titularidade das participações sociais da 4ª Outorgante ou das redes de distribuição por si detidas não importa a extinção do ónus, ficando sempre ressalvada a garantia de acesso gratuito aos canais identificados na Cláusula Primeira, no território da Região Autónoma dos Açores.

CLÁUSULA NONA

(Compensação ao Estado e à Região Autónoma dos Açores)

1. A 4ª Outorgante comunica mensalmente ao 3º Outorgante a identificação dos beneficiários que, não sendo subscritores de serviços daquela à data do pedido de acesso gratuito, venham a solicitar a adesão a quaisquer outros produtos ou serviços disponibilizados pela 4ª Outorgante, durante um período de doze meses a contar da instalação do equipamento.
2. A 4ª Outorgante devolverá ao Estado e à Região Autónoma dos Açores uma compensação equivalente à totalidade das obrigações financeiras assumidas pelos 1º e 2º Outorgantes, em relação a cada um dos beneficiários abrangidos pelo número anterior, para aquisição e instalação dos equipamentos necessários ao acesso gratuito aos canais identificados na Cláusula Primeira.
3. A compensação destina-se ao Governo da República e ao Governo Regional dos Açores, na proporção dos custos efectivamente suportados.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Pagamentos)

1. Os montantes a suportar pelos 1º e 2º Outorgantes e a compensar pela 4ª Outorgante, nos termos a que se referem a Cláusulas Terceira, Quarta e Nona, são fixados semestralmente pelo 3º Outorgante, com referência aos períodos findos em 30 de Junho e 31 de Dezembro, até ao final do mês seguinte ao que dizem respeito.
2. Para efeitos do número anterior, a 4ª Outorgante cria um sistema de informação e faculta o respectivo acesso ao 3º Outorgante, com toda a informação relevante sobre a

execução do presente Protocolo, designadamente, o número, a data e o tipo de pedidos e de instalações, bem como toda a demais informação que for considerada relevante pelo 3º Outorgante.

3. O pagamento dos valores a financiar e a compensar, salvo o disposto no número seguinte, deve ser efectuado no prazo de 60 dias após a notificação do relatório que fixa os valores referidos no número 1 do presente artigo.
4. O pagamento dos montantes a financiar pelo 2º Outorgante pode ser efectuado em termos e em prazos distintos dos previstos no número anterior, mediante protocolo a celebrar entre aquele e a 4ª Outorgante, cujo teor é obrigatoriamente comunicado aos 1º e 3º Outorgantes, sob pena de ineficácia.
5. O não cumprimento dos prazos de pagamento dos valores a financiar e a compensar, constitui as partes no pagamento de juros de mora à taxa legal.
6. O 3º Outorgante assegura a disponibilização da informação específica, de carácter não confidencial, constante do sistema de informação referido na presente Cláusula aos operadores de distribuição que operem no território da Região Autónoma dos Açores, desde que haja pedido fundamentado e interesse atendível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Fiscalização)

1. O 3º Outorgante fiscaliza o cumprimento do presente Protocolo.
2. A 4ª Outorgante obriga-se a organizar no prazo de 30 dias uma base de dados das instalações efectuadas e a efectuar, de acordo com os parâmetros de identificação a indicar pelo 3º Outorgante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Vigência)

1. O presente Protocolo entra em vigor a partir da data da sua assinatura, cessando a sua vigência passado um ano daquela data.
2. A cessação de vigência do presente Protocolo não prejudica a subsistência do ónus real de acesso gratuito aos canais, conforme determinado pela Cláusula Oitava, nem a obrigação da 4ª Outorgante satisfazer os pedidos de instalação que hajam sido formulados até ao termo do prazo previsto no número anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Cláusula Penal)

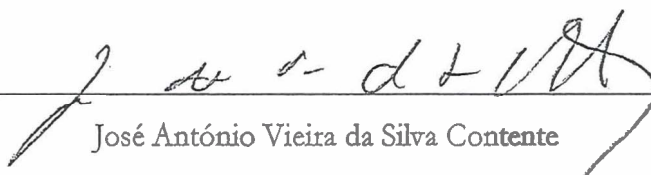
O incumprimento pela 4ª Outorgante das obrigações previstas no presente Protocolo implica o pagamento de multa contratual aos 1º e 2º Outorgantes, entre 2.500 a 5.000 euros, a fixar pelo 3º Outorgante, sempre que os beneficiários sofram qualquer prejuízo decorrente da falta, perturbação ou interrupção de acesso gratuito aos canais identificados na Cláusula Primeira.

Ponta Delgada, 5 de Novembro de 2005

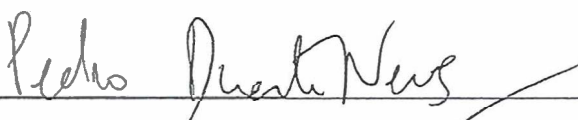
Pelo GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA


Augusto Santos Silva

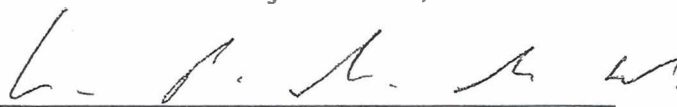
Pelo GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES


José António Vieira da Silva Contente

Pelo ICP-ANACOM


Pedro Duarte Neves

Pela CABO TV AÇOREANA, S.A.


Luís Pacheco de Melo

A11
L.
hps

ANEXO I
REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO
DE EQUIPAMENTO DIGITAL

1º: A aquisição e instalação de equipamento digital destinado a permitir o acesso gratuito aos canais generalistas de âmbito nacional (“RTP1”, “A:2”, “SIC”, “TVI”) e ao canal regional (“RTP - Açores”) ou destinado a substituir equipamento analógico dependem de pedido expresso por qualquer pessoa singular residente na Região Autónoma dos Açores.

2º: Os pedidos de aquisição e instalação poderão ser formulados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Protocolo a que se refere o presente regulamento, através de qualquer meio de comunicação, designadamente, através de telefone, correio postal, correio electrónico, via “Internet”, telefax e em qualquer loja do Cabo TV Açoreana.

3º: Só são admitidos os pedidos que visem a instalação de equipamento no domicílio dos requerentes, não sendo exigível qualquer contribuição ao Governo da República ou ao Governo Regional dos Açores destinada à instalação de equipamentos em sedes de pessoas colectivas ou em mais do que um domicílio por requerente.

4º: O pedido de aquisição e instalação de equipamento digital deve ser acompanhado do pagamento de 50 € e instruído com formulário devidamente preenchido, cópia da última factura mensal relativa ao consumo de energia eléctrica no domicílio do requerente, cópia do Bilhete de Identidade, cópia do Cartão de Contribuinte e procuração, quando o requerente não seja o titular do contrato de electricidade.

5º: A cessação da assinatura dos subscritores de serviços prestados pela Cabo TV Açoreana, S.A., quando expressamente comunicada, ocorre no prazo de 60 dias a contar da apresentação do pedido de instalação de equipamento digital, ficando a Cabo TV Açoreana, S.A. obrigada a manter a prestação dos serviços contratados sempre que a instalação ocorra em data posterior à supra prevista.

6º: A Cabo TV Açoreana, S.A. não pode recusar a aquisição ou a instalação do equipamento digital, salvo enquanto os requerentes sejam subscritores de serviços por si prestados não regularizarem as dívidas relativas a serviços já facturados e vencidos.

7º: A instalação do equipamento, em condições de pleno funcionamento, deve ser concluída no prazo máximo de 60 dias a contar da entrega do pedido, salvo impossibilidade técnica devidamente justificada pela Cabo TV Açoreana, SA e comprovada pelo ICP-ANACOM.

11/
L.
Pedro

8º: Em caso de simultaneidade de pedidos, será conferida prioridade ao pedido formulado por requerentes que não sejam subscritores de serviços de televisão por cabo, à data da entrega do pedido.

9º: O beneficiário adquire a propriedade do equipamento que lhe é entregue e instalado, não lhe sendo permitido, em caso algum, proceder à respectiva alienação durante um prazo de dois anos.

10º: A Cabo TV Açoreana, S.A. presta uma garantia de 2 anos pelo funcionamento em boas condições do equipamento adquirido, a contar da data da sua instalação.

A11
L
Pedro

ANEXO II
VALORES DE SUPORTE AO PROTOCOLO

1. Total de alojamentos sem acesso aos canais generalistas “RTP2”, “SIC” e “TVI”

- 31.384

2. Total de alojamentos com instalação de sistema de televisão por cabo e por satélite

- 39.572 (Cabo)

- 22.431 (DTH)

3. Total de alojamentos com instalação de sistema de televisão analógico

- 28.172

4. Custo máximo de equipamento descodificador

- Descodificador satélite: 107,70 € + IVA

- Descodificador cabo: 89 € + IVA

- Transporte: (Lisboa - Açores) 2 € + IVA

(Inter-ilhas) 5 € + IVA

- Manutenção: 14 € + IVA

5. Custo máximo de instalação de equipamento descodificador

- Instalação DTH: 69 + IVA

- Instalação de cabo curto: 59 + IVA

- Instalação de cabo longo: 98 + IVA

6. Custo máximo de filtro para “downgrading” ou para novas adesões em alojamentos cablados

- 30 € + IVA

- Instalação 20 € + IVA

7. Contribuição única por requerente

- 50 €

A11
L
V. J. N.

ANEXO III
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

1. Especificações técnicas do decodificador

- Receptor DVB para Cabo ou Satélite segundo norma EN300429
- Sistema de decodificação embebido (apenas mediante pedido)
- Saídas de vídeo e áudio estéreo (2) SCART e/ou RCA~
- Porta "Ethernet" 10 Mbits/s
- Remodulador RF com "Loop-Through"
- "Download" de "software" segundo a norma DVB
- "Browsing" interativo HTML via DVB ou IP

2. Modo de funcionamento da Set-Top-Box (STB)

- Preparada para "Free-To-Air" ou subscrição
- Interface gráfico de fácil manuseamento
- Busca de canais automática ou manual
- Capacidade de memória para 2.000 programas
- "Electronic Program Guide" (EPG) avançado
- "Aspect Ratio" 4/3 e 16/9
- Reinserção de teletexto
- Menus multilíngua
- Função "Ajuda"

3. Fonte de alimentação e acessórios

- Fonte de alimentação 90-270V, 47-64Hz
- Consumo <12W
- Controlo Remoto:
 - a) Distância até 10m
 - b) Controlo STB e TV
 - c) Permissão para escrita de caracteres

4. Compatibilidade com regulamentos e “standards”

- DVB “*Cable Standard*” EN300429
- “*Transport Stream*” MPEG2 conforme ISO/IEC 13818-1
- DVB video e audio conforme ISO/IEC 13818-2, 13818-3
- Teletexto em VBI conforme o ETS 300 472
- Sistemas de segurança e regulamentos do EMC conforme EN55013, EN55020 e EN60065

Al
L.
V. M.